



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

DECRETO Nº 038, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

SÚMULA: ANULA TOTALMENTE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ÁRBITROS.

O Prefeito Municipal de Pato Bragado, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art.59, I, e Art. 74, I letra m, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE expedir esse decreto consubstanciado nos seguintes termos.

Considerando que após a conclusão do processo licitatório foram encontrados vícios insanáveis no edital, que restringiram a participação de interessados.

Considerando que os vícios de origem foram indicados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Assim diante das razões expostas, resolve e **DECRETA:**

Art. 1º Fica nulo o Edital de Licitação derivado do procedimento licitatório para fins de registro de preços na modalidade pregão presencial n.º 003/2019.

Art. 2º Diante da anulação extingue-se qualquer expectativa ou obrigação entre as partes derivadas do pregão em razão do interesse público e dos motivos indicados nas considerações acima expostas.

Art. 3º A decretação de nulidade vem fundamentada nas Súmulas 346 e 473 do STF.

Art. 4º Comunique-se as empresas participantes da licitação, por Ofício, dando ciência do Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Bragado, Estado do Paraná, em 19 de fevereiro de 2019.


Leomar Rohden
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
de 19/02/19 FL. 4592
Visto 

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
de 18/02/19 FL. 1615
Visto 



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

Recebi o Processo de Licitação. Em 18.02.2019

Pregão presencial Registro de Preços 003/2019.

Objeto: Contrato de empresa para futura e eventual prestação de serviço de arbitragem nas diversas modalidades desportivas amadoras desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer no decorrer do ano de 2019 conforme termo de referência anexo ao edital.

Despacho administrativo.

1- Resumo sumário do procedimento.

- Pedido do procedimento.
- Autorizado a expedição do edital.
- Parecer jurídico inicial autorizando.
- Termo de credenciamento da ABA Associação Bragadense dos Árbitros.
- Termo de credenciamento da Rodrigo Siqueira Cesar Me.
- Termo de credenciamento da Associação de Árbitros Rondonenses.
- Parecer de julgamento pela ABA Associação Bragadense de Árbitros itens 01-02-04—5-07-09 e 10.
- Itens fracassados 03-06-08.
- Ata de desclassificação da Associação de Árbitros Rondonenses por falta de documentos.
- Memorando interno firmado por Cleiton Gentelini informando que servidor e membro do Conselho Tutelar faziam parte da diretoria da empresa vencedora do certame e suscitava dúvidas legais em relação a contratação.
- Parecer Jurídico da Procuradora Jurídica do município.
- Manifestação do Tribunal de Contas do Estado indicando ilegalidades no edital.

Em síntese esse e o relatório da tramitação do processo de licitação.

2- Fundamentação da decisão administrativa.

Analisando todos os fatos e documentos contidos no bojo do procedimento licitatório, entendo como procedente a manifestação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que ao analisar o edital encontrou vícios de origem e recomenda a utilização da possibilidade da administração em rever seus próprios atos eivados de nulidades ou ilegalidades.

Aplica-se a Súmula 473 STF que permite ao administrador de forma corretiva resolver questões tidas como ilegais, evitando assim a apreciação judicial de um ato ou fato que entenda ser contrário a lei.

Pela Súmula do STF o administrador público, no caso o Prefeito Municipal pode considerar o ato nulo, quando viciado em sua origem.

CCB- Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

V - não revestir a forma prescrita em lei;



Prefeitura do Município de Pato Bragado

Estado do Paraná

V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;

A nulidade opera efeito ex tunc, ou seja, os atos nulos não se convalidam nem pelo decurso do tempo. Dessa feita, a decretação da invalidade de um ato administrativo vai abarcar o momento de sua edição. Tal consequência implica no desfazimento de todas as relações jurídicas que tiveram como nascedouro o ato inválido, com o que as partes que nelas figuram hão de retornar ao status quo ante.

Considerando as razões apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado como fundamento para decidir, declaro nulo o edital de licitação para fins de registro de preços na modalidade Pregão Presencial n. 003/2019.

De efeito e consequência tornam-se nulas sem qualquer validade todos os atos praticados posteriormente a expedição do Edital. Para o decreto de nulidade não há necessidade de inquérito administrativo prévio, porque a medida vem da ilegalidade praticada.

Diante da nulidade do edital e dos atos subsequentes, considerados como inexistentes, deixo de tomar as medidas administrativas e policiais apresentadas no parecer jurídico datado de 15 de fevereiro de 2019.

Elabore-se o Edital e sua publicação.

Comunique-se as empresas que participaram da licitação.

Pato Bragado aos 18 de fevereiro de 2019.


Prefeito Municipal.
Leomar Rohden.